

ANEXO D

Certificado de controlo de importação válido para os produtos à base de carne importados provenientes de países terceiros.

Estado membro no qual o controlo de importação foi efectuado: ...
 Posto de controlo: ...
 Natureza dos produtos à base de carne: ...
 Acondicionamento: ...
 Número de caixas: ...
 Peso líquido: ...
 País terceiro de origem: ...
 Produtos importados nos termos do artigo 14.º, n.º 2, do artigo 21.º da Directiva n.º 72/462/CEE: ...

O veterinário oficial abaixo assinado certifica que os produtos à base de carne que são objecto do presente certificado foram controlados no momento do seu encaminhamento.

... (local e data).

... (veterinário oficial).

ANEXO E

Certificado de salubridade

Relativo a produtos à base de carne ⁽¹⁾ destinados a ... (nome do Estado membro da CEE).

N.º ⁽²⁾...

País expedidor: ...
 Ministério: ...
 Serviço: ...
 Referência: ... (facultativo).

I — Identificação dos produtos à base de carne

Produtos à base de carne de: ... (espécie animal).
 Natureza das peças: ...
 Natureza da embalagem: ...
 Número de peças ou de unidades da embalagem: ...
 Temperatura de armazenamento e de transporte requerida ⁽³⁾: ...
 Período de conservação ⁽³⁾: ...
 Peso líquido: ...

II — Proveniência dos produtos à base de carne

Endereço(s) e número(s) de autorização veterinária do(s) estabelecimento(s) autorizado(s): ...

III — Destino dos produtos à base de carne

Os produtos à base de carne são expedidos de: ... (local de expedição) para ... (país e local de destino), pelo meio de transporte seguinte ⁽⁴⁾: ...

Nome e endereço do expedidor: ...
 Nome e endereço do destinatário: ...

IV — Atestado de salubridade

O veterinário oficial abaixo assinado certifica:

a):

Que os produtos à base de carne acima indicados: ...;
 Que a etiqueta fixada nas embalagens dos produtos à base de carne acima indicados;

trazem a estampilha que certifica que os produtos à base de carne provêm na totalidade de carne fresca proveniente de animais abatidos em matadouros autorizados para a exportação para o país destinatário ou, em caso de aplicação do n.º 2 do artigo 21.º-A da Directiva n.º 72/462/CEE, de animais abatidos num matadouro especialmente autorizado para a entrega de carne para o tratamento previsto nessa disposição ⁽⁵⁾;

- b) Que os produtos à base de carne são reconhecidos como estando próprios para consumo humano na sequência de uma inspecção veterinária efectuada de acordo com as exigências da Directiva n.º 72/462/CEE;
- c) Que os produtos à base de carne foram obtidos a partir de carne de porco que foi/não foi submetida a uma pesquisa de triquinose e, no último caso, que foi submetida a um tratamento pelo frio ⁽⁵⁾;
- d) Que os meios de transporte, assim como as condições de carregamento dos produtos à base de carne desta expedição, estão conformes com as exigências de higiene previstas para a expedição para os países destinatários;
- e) Que os produtos à base de carne foram obtidos a partir de carne que satisfaz as exigências do capítulo III da Directiva n.º 72/462/CEE e as do artigo 3.º da Directiva n.º 77/99/CEE e foram obtidos em aplicação da derrogação prevista no n.º 2 do artigo 21.º-A da Directiva n.º 72/462/CEE ⁽⁵⁾.

Feito em ..., aos ...

... (assinatura do veterinário oficial).

⁽¹⁾ Produtos à base de carne na acepção da Directiva n.º 77/99/CEE.

⁽²⁾ Facultativo.

⁽³⁾ A completar em caso de indicação nos termos do artigo 4.º da Directiva n.º 77/99/CEE.

⁽⁴⁾ Para os vagões e os camiões, indicar o número da matrícula, para os aviões o número de voo e para os barcos o nome.

⁽⁵⁾ Riscar a menção inútil.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA**Portaria n.º 1165/90**

de 29 de Novembro

O Decreto-Lei n.º 328/90, de 13 de Setembro, que estabeleceu medidas tendentes a evitar o consumo fraudulento de energia eléctrica, remeteu expressamente, no n.º 4 do seu artigo 5.º, para portaria do Ministro da Indústria e Energia a fixação da quantia a pagar pela vistoria prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Indústria e Energia, que a quantia a pagar pela vistoria prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 328/90, de 13 de Setembro, seja fixada em 10 000\$.

Ministério da Indústria e Energia.

Assinada em 23 de Outubro de 1990.

O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

